

O TORNÊS DO INFANTE E NÃO DO REI

Antonino Poiares

O chamado “tornês” de prata com a legenda circular “**DIONISII ...**”, moeda que em relação aos catálogos mais em voga costumamos encontrar classificada no conjunto da produção atribuída ao rei homónimo é de entre as várias peças polémicas da nossa primeira dinastia talvez a mais polémica. Ao folhearem-se esses catálogos na página correspondente ao rei D. Dinis a primeira sensação que salta imediatamente ao espírito do leitor quer seja colecionador experiente ou não é a de que aquela moeda ali – pelo tamanho do módulo, pelas suas legendas, pela sua iconografia, etc. – está lá por puro engano. Muito embora se mantenham, desde há muito tempo, certas dúvidas sobre a justeza de tal atribuição, o que é verdade é que a quase totalidade dos responsáveis pelos catálogos que se encontram à venda no mercado continuam provavelmente até mais por inércia do que por qualquer outra razão, a seguir cegamente tal classificação, isto é, a do rei D. Dinis. Constituem uma excepção desta onda de autores, que começa em meados do séc. XIX e se estende até aos nossos dias, o nome e a obra de Batalha Reis, o único que, embora a sua teoria não passe de uma quimérica promessa que nunca chegou a realizar, teve, no entanto, a coragem intuitiva de criar, pela primeira vez, um espaço autónomo no vol. II da sua Cartilha da Numismática Portuguesa, pg. 43, para a moeda em apreço, atribuindo-a finalmente ao Infante D. Dinis, filho de Inês de Castro e um dos malfadados pretendentes ao trono de Portugal após a morte de D. Fernando, mas do qual o legista João das Regras afastou irremediavelmente segundo a verdade histórica isenta da “*mumdanall afeição*” atestada por Fernão Lopes no prólogo da Crónica de D. João I. O exíguo espaço autónomo criado entretanto por Batalha Reis foi porém, inexplicavelmente, sol de pouca dura, pois os catálogos que se lhe seguiram, incrédulos, ignorando ou desconfiando da nova classificação, continuaram paulatinamente a linha tradicionalista. É provável que, como a moeda era grande, bonita e de prata, esses catálogos-preçários achassem que, até talvez por razões de promoção, ela ficasse melhor num espaço dedicado a um rei do que no dedicado a um infante, ainda por cima um infante exilado e desconhecido da maior parte dos portugueses, colecionadores ou não.

Em suma, desde 1738, data da publicação da *História Genealógica*, até ao ano de 2003, ano em que foram dadas à estampa as “*Moedas Portuguesas...*” de Alberto Gomes, esta moeda de prata exibindo numa das faces a expressão latina «DIONISII REGIS POTUGALIE...» foi sempre, sem culpa sua, uma moeda controversa, ou melhor, para sermos mais precisos, uma moeda cuja classificação errada, no nosso entender, se deve, principalmente, à sobrevalorização, na sua análise, de factores predominantemente impressionistas (o nome de Dinis, na legenda, acabaria por induzir em erro alguns estudiosos), em detrimento de factores intrínsecos, como por exemplo a epigrafia e respectiva mensagem política, o tipo de letra e a sua integração correcta num determinado espaço cultural, o módulo, o metal, o peso, etc., factores estes, sem sombra de dúvida pouco pomposos, mas mais objectivos e importantes do que os outros quando temos em vista a procura da autoridade emissora da dita moeda.

Nos extractos de tratados de numismática que se seguem e apresentados cronologicamente, temos a possibilidade de constatar e reflectir sobre as motivações que levaram certos estudiosos a atribuir, ao longo dos tempos, a moeda em apreço ou ao rei ou ao infante, alguns, com mais sorte, tendo-a manuseado, outros tendo tido conhecimento dela apenas através de meras informações literárias.

I – Na “*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*”, 1738, tomo IV, pg. 293, deparamos com a seguinte informação: «Moeda de prata delRey D.Diniz». A esta informação excessivamente árida segue-se uma correcta transcrição das legendas do anverso e do reverso do dito tornês; na Tábua A, n.º 2 também da obra atrás referida são reproduzidas com desenho as duas faces da moeda que, convém acrescentá-lo, correspondem perfeitamente àquilo que as fotografias, hoje, nos revelam. As análises feitas pelos colaboradores de D. António Caetano de Sousa no tomo IV, merecem, em termos gerais, muito pouco crédito, pois encontram-se gralhas, distrações e imprecisões ao longo de todo o volume, do qual, estranhamente, não existe uma única errata. O nosso tornês teria sido incluído na numária de D. Dinis por estes colaboradores, com base apenas no nome “DIONISII” existente numa das faces e, provavelmente, sem qualquer reflexão prévia. A dúvida metódica, infelizmente, como método de pesquisa, ainda não tinha chegado aos ouvidos dos colaboradores do IV volume.

II – “*Memória das Moedas Correntes em Portugal*”, 1856, pg. 46-47. No capítulo desta obra dedicado a moedas incertas encontramos: «... os nossos escriptores dizem que é o *Forte* lavrado pelo Sr. D. Diniz, porém não se achando nenhum documento legal para o provar parece que seja, ou apocripha ou lavrada pelo Sr. D. Diniz filho do Sr. D. Pedro I, quando entrou em Portugal como pretendente da coroa, e também por não acharmos nenhuma moeda portuguesa com esta legenda de = *Adjutorium Nostrum* = senão desde o Sr. D. João I» Do texto do conservador do museu numismático da Academia Real das Ciências há que reter três ideias chave. A primeira: que ele (Lopes Fernandes) nunca viu a moeda; segunda: que esta ou foi cunhada em tempos posteriores a D. Dinis, ou então foi mandada lavar pelo Infante herdeiro do trono de Portugal o que, de certo modo, vem

quase a dar na mesma, em termos cronológicos ; e a 3.^a ideia , talvez a mais pertinente , que a expressão monetária «...ADJVNTRIVM NOSTRVM...» só aparece nas amoedações de João I. Este grande numismata português de meados do séc. XIX talvez porque nunca tivesse manuseado a moeda acabaria por a não incluir no seu catálogo , fazendo assim tábua rasa da sua existência. Por aqui se pode ver quanto era rigoroso no que escrevia e dizia sobre numismática, este investigador a tempo inteiro. E se essa moeda não existia para ele não podia ser, em suma, nem observada nem descrita, daí, e bem , a razão de Lopes Fernandes ter posto de parte a sua catalogação.

III – “*Descrição Geral e Histórica das Moedas*”, 1874, tomo I, pg.166-167. Desta obra retivemos o seguinte passo; «O n.º1 (isto é , a moeda com a entrada n.º 1) vem estampado na *Historia geanologica* (sic) *da casa real portuguesa* (tom. IV, tab. N.º 2), e alguns auctores querem que seja o *forte* ou *tornez*. A sua legenda, typo de letra e peso torna muito suspeita a sua autenticidade.» Ressalta-nos logo deste pequeno texto que tal como tinha acontecido com Lopes Fernandes cerca de 18 anos antes, também Teixeira de Aragão não teve acesso directo à referida moeda de prata com a legenda monetária única «DIONISI[I] REGIS...» em genitivo, pois os raros exemplares existentes no último quartel do século XIX ou estavam esquecidos num canto empoeirado de qualquer gaveta , ou então ignobilmente soterrados em qualquer quintal da província à espera desesperada que as lâminas de um tractor ou de uma charrua se dignassem, um dia, trazê-los à superfície. Ficámos ainda a saber, que, devido a certas características da moeda que lhe tinham sido reveladas através do desenho, Teixeira de Aragão punha algumas reservas em relação à sua autenticidade. Convém recordar que, caso curioso, todos os investigadores que até aqui foram referidos nem sequer um único teve a moeda na sua mão para a observar, o que sabiam dela eram conhecimentos em segunda mão, dos quais, até os menos avisados tinham logicamente o legítimo direito de duvidar. No entanto, o cepticismo de Teixeira de Aragão não foi suficiente forte para afastar de si a tentação de a dar à estampa no seu tomo I da “*Descrição Geral e Histórica...*” (Lopes Fernandes não caíu nessa tentação), e, além disso, como se isso não bastasse, de a integrar, paradoxalmente, na produção monetária do rei poeta. Pensamos, com efeito, que este investigador do último quartel do séc. XIX nunca pôs a hipótese da dita moeda ter sido mandada bater pelo filho de Inês de Castro, na sua função de pretendente legítimo ao trono de Portugal.

IV – Da “*Cartilha da Numismática Portuguesa*”, 1956, vol. II, pg. 43 , copiamos a seguinte frase sobre o dito tornês «... temos em preparação um estudo que prova à evidência não haverem pertencido estas moedas a outra pessoa senão ao referido Infante D.Dinis, pretendente ao trono de Portugal, por morte do rei D. Fernando... destes *reais* (o sublinhado é nosso) de boa prata conhecemos além dos exemplares apontados outra variante ...ALGARBI, num achado ocorrido no Alandroal em 1950...» Deste curto extracto do director do Museu Numismático Português de então devem ser destacadas as seguintes proposições: a 1.^a de que um estudioso teve pela primeira vez a moeda autêntica nas mãos para a poder observar; a 2.^a da existência de um exemplar e duas variantes; a 3.^a de que

B.Reis tinha um estudo em preparação que havia de vir a tornar indiscutível a atribuição do dito tornês ao Infante D.Dinis. Temos de reconhecer que, se bem que empiricamente pois nunca nos deu a conhecer os argumentos que o levaram a essa conclusão, Batalha Reis foi, na história da numária medieval portuguesa, o primeiro e único estudioso que teve a coragem de criar, no seu catálogo, um lugar específico destinado ao Infante e à sua moeda de prata.

V – “Da NUMARIA Medieval Portuguesa“, 1960, tomo II, pg. 391, decidimos reter a seguinte passagem: «... atendendo ainda às lendas, ao tipo e ao seu fabrico aperfeiçoado, tudo convida a situar esta moeda em época posterior (ao rei D. Dinis)...», e mais adiante, deixando absurdamente o bom caminho, acrescenta-se, para nosso espanto: «... Por outro lado algumas razões nos levam a remeter este tornês para a numária do rei Lavrador ...». E o que é verdade é que Ferraro Vaz, após algumas hesitações, acabaria por incluir o dito tornês, sem, todavia, nos convencer completamente, nas amoedações atribuídas ao rei D. Dinis, ignorando por completo o que cerca de década e meia antes o historiador Batalha Reis havia escrito, e passando a fazer coro com as vozes desafinadas de Caetano de Sousa e de Teixeira de Aragão, perante o mudez desconfiada de Lopes Fernandes que os olha a todos de soslaio.

Em suma, pensamos não haver qualquer exagero se acabarmos por concluir que nenhum dos autores a que nos temos vindo a referir, desde D. António Caetano de Sousa, no séc. XVIII, até Ferraro Vaz, na segunda metade do séc. XX, conseguiu carrear e esgrimir, ao proceder à catalogação e atribuição do dito tornês, elementos suficientes que nos convençam, em definitivo, das suas opções – isto é, ou que a dita peça pertence ao rei ou que pertence ao infante pretendente legítimo ao trono de Portugal, vago pela morte de D. Fernando

Baseados no estudo que fizemos desta moeda e que apresentamos de seguida, a nossa posição é a de que ela, quer pelas suas características intrínsecas quer pelas extrínsecas, só pode ser atribuída ao infante D.Dinis. As influências de que o dito tornês / real sofreu sob o ponto de vista artístico e outros das amoedações de D.Fernando e de D.João I, como mais adiante comprovamos com singeleza, rigor e objectividade, levam-nos a concluir que a sua atribuição ao rei poeta é completamente destituída de fundamento, não tem ponta por onde se lhe pegue como vulgarmente se costuma dizer.

A descrição do nosso tornês / real que divulgamos a seguir, Fig.1, (A.G. – Di 09.03) acrescentamos, foi recolhida de um exemplar desta peça pertencente a uma excelente colecção particular de Lisboa, ¹ porque, como é do conhecimento de todos os estudiosos, colecionadores e comerciantes, o recurso ao Museu Numismático de Portugal por parte de quem pretende fazer investigação, como seria normal e desejável, torna-se impensável em

¹ Pertencem também a esta mesma colecção todas as outras moedas que ilustram o catálogo deste trabalho.

virtude desta instituição pública estar fechada para obras de grande envergadura há mais de uma década, não se sabendo mesmo se ficarão prontas ainda este século tão complexas e profundas são as obras em curso.

Denominação: tornês ?, real ?; prata.

Peso: 4,02 gr.

Diâmetro: 26 mm.

Legenda circular do averso: DIONISII REGIS PORTUGALIE ET ALGARB -
[Moeda] (*própria /pessoal*) do rei *Dinis de Portugal e do Algarve* .

Legenda circ. ext. do reverso : ADIUTORIUM NOSTRUM IN NOMINE DOMINI
- *O nosso auxílio está no nome do Senhor ...*

Legenda circ. int. do reverso: QUI FECIT CELUM ET TERRAM - *... que fez o céu e a terra .*

Quanto ao metal usado na fabricação da moeda , não há divergências, todos os autores são unânimes em afirmar que se trata de prata , enaltecendo-a B.Reis com um determinado qualificativo: « *boa* prata ». Sobre a *ratio* fino-cobre há catálogos recentes que nos sugerem 916,6 ‰, determinados não sabemos bem como, – elemento que, no entanto, consideramos acessório para o nosso trabalho. Para que possamos dispor de uma informação mais fíavel e precisa desses valores temos de aguardar que um dia alguém que possua um destes poucos exemplares esteja pelos ajustes, como é óbvio, de recorrer, numa universidade portuguesa, à técnica laboratorial da [EDXRF], Espectrometria de Fluorescência de Raios X, ou então às análises químicas por Activação com Neutrões Rápidos. Então sim, passaremos a dispor de uma referência válida.

Tanto o metal usado – a prata - como a lei com que foi cunhada a moeda são elementos de pouca monta para a descoberta da sua *paternidade* , pois nenhum destes elementos descontextualizados, por si só ou em conjunto , nos permite tirar qualquer conclusão com vista à integração da peça nesta ou naquela amoedação de determinada autoridade emissora , nem, muito menos, supomos, situar essa amoedação com toda a sua especificidade em determinadas balizas cronológicas, as quais, constituem, em suma, um dos objectivos fundamentais deste trabalho.

Será, com efeito, na determinação das balizas cronológicas dum determinado espaço político-cultural do último quartel do séc. XIV de que a moeda é um autêntico documento, até hoje, no nosso entender, nem caracterizado nem definido com rigor sob o ponto de vista numismático dos seus constituintes, que se encontra a solução do problema desta moeda controversa. Uma parcela desse conjunto de constituintes vamos encontrá-la nos textos em latim de ambas as faces da moeda, os quais têm, indubitavelmente, como destinatário, o povo português em sentido lato, textos cuja função não era a de simples adorno, como à primeira vista poderá parecer, mas sim a de fazer passar uma mensagem político-religiosa – autêntico spote publicitário da época - de vital importância em relação à estratégia delineada pelo partido do Infante com vista à conquista do trono de Portugal.

Do mesmo modo que as respectivas legendas circulares, e assumindo valor idêntico, também a análise do tipo de alfabeto medieval que foi usado nessas legendas se revestirá de importância fulcral na catalogação não impressionista que pretendemos do dito tornês. Serão, em suma, esses dois constituintes – um centrado na forma e o outro no conteúdo dessas legendas circulares, uma do anverso e duas do reverso, - que, associados ao estudo do metal usado, ao peso, ao diâmetro e à tipologia da moeda, nos irão permitir provar com uma nova metodologia que a moeda de prata com a onomástica “**DIONISII...**” foi mandada cunhar pelo Infante D.Dinis de Castro no espaço de tempo que medeia entre o ano de 1398, data em que *é aclamado rei de Portugal* pelos exilados portugueses em Castela, entre eles Martim Vasques da Cunha e João Fernandes Pacheco, e o momento em que, como *rei de direito*, empreende a invasão de Portugal pela Beira, campanha militar que, acrescente-se, acabaria por redundar num autêntico fracasso. Não estaremos, provavelmente, muito longe da verdade se confessarmos que consideramos esta peça uma autêntica moeda de propaganda política – e nunca um instrumento de permuta ou uma mercadoria intermediária, como muita gente possa supor - por diversas razões, e de que teria sido essa a única e exclusiva intenção que teria movido o partido político de D.Dinis de Castro, com uma sólida implantação não só em Castela como em Portugal, não apenas a concebê-la como também a introduzi-la e a espalhá-la em território português onde reinava desde 1385, D.João de Avis, seu irmão mais novo.

Em termos de tipologia torna-se evidente a semelhança deste tornês com algumas amoedações de D. Fernando e de D. João I, facto que nos leva a concluir que, em termos genéricos, houve da parte da entidade emissora, embora sediada em Castela, a preocupação deliberada de seguir uma linha numismática de inspiração nacionalista, a qual entroncasse, sem quaisquer ambiguidades, numa tradição portuguesa relativamente contemporânea.

I – OS TEXTOS DO TORNÊS: são constituídos por três legendas circulares já *supra* referidas, com uma legenda de frase simples na face a que tradicionalmente se chama anverso, e mais duas legendas constituindo uma única frase complexa no reverso. A língua usada, como vinha acontecendo, sem qualquer interrupção, desde as primeiras cunhagens levadas a cabo no reinado de Afonso Henriques tanto no bolhão como no ouro, foi o latim. De sublinhar que os topónimos vernáculos *Portugal* e *Algarve* da legenda do anverso, seguindo uma tradição com origem nas amoedações medievais da Europa central, aparecem-nos latinizados, isto é, adaptados foneticamente a uma determinada declinação. Quanto ao nome próprio “*DIONISII*”, nada há a dizer pois era um termo corrente da onomástica latina, não foi preciso, portanto, proceder a qualquer alteração em relação à sua morfologia. Sendo a relação espaço-legenda sempre equilibrada, (aliás, toda a moeda é não só sóbria como harmoniosa, das de prata é sem dúvida um dos maiores monumentos de toda a nossa produção monetária gótica,) , o nosso gravador não teve necessidade de utilizar, ao todo, mais do que uma abreviatura do tipo suspensão, com uma supressão final mínima, isto é, dois fonemas iguais a menos no respectivo signo linguístico, como se pode constatar: “**ALGARB[ii]**” .

II – O ALFABETO GÓTICO:

As semelhanças tipológicas deste tornês de prata com algumas amoedações portuguesas do último quartel do séc. XIV, sensivelmente, (o rei poeta morreu no fim do primeiro quartel do séc.XIV) são mais que evidentes e só não vê isso quem não quer. Foi, como o demonstramos, sobretudo na variadíssima numária de D. Fernando que se inspirou, em termos morfológicos, o artista que um dia foi incumbido de desenhar a matriz do dito tornês e suas variantes. Se não vejamos.Toda a geometria monetária deste tornês com as quinas soltas de Portugal dentro de uma legenda circular numa das faces da moeda, e uma cruz de braços iguais cercada por duas legendas concêntricas na outra face, toda esta geometria, dizíamos, não é outra coisa em termos estéticos senão a continuação duma tradição tipologica que os gravadores de cunhos do reinado de D.Fernando já tinham experimentado, por exemplo, entre outras moedas, respectivamente, no reverso do tornês de busto de Lisboa, Fig. 2, (A.G. – Fe 70. 01), e no reverso do tornês de escudo de Lisboa, Fig. 3, (A.G. – Fe. 74.01). Fechar os olhos a certas evidências como estas de carácter estético é, sob o ponto de vista numismático, remar contra a maré. Temos ainda a acrescentar em defesa da nossa tese que este tornês, insistimos, foi mandado cunhar por D.Dinis de Castro logo após a sua aclamação em Castela como rei de Portugal, em 1398, e de que não subsistem quaisquer dúvidas de que tal cunhagem se insere num movimento artístico contemporâneo, exclusivamente nacional. Não se trata de mais uma moeda para circular dentro das fronteiras de Portugal, de mais um instrumento de troca a integrar no circuito económico português como até hoje se tem ingenuamente admitido e aceite, mas sim, e fundamentalmente, era essa a sua função, de um poderoso instrumento de propaganda política pronto a defender e divulgar, entre os portugueses, a causa legítima pela qual o Infante e os seus partidários se batiam. Falta ainda aludir, em relação à sua génese, a mais dois dados herdados em termos de concepção, também eles, da numária fernandina, o peso e o diâmetro do nosso tornês. O peso de 4,02 gr. e o diâmetro 26 mm. exibidos pelo nosso tornês também não foram inventados, nada há de original nesses parâmetros, pois vamos encontrá-los, sensivelmente, com os mesmos valores no forte de prata da ceca de Lisboa, Fig. 4, com, respectivamente, 3,33 gr. e 27mm.,(A.G. – Fe. 84.03) .

A prova de se tratar de um instrumento político encontramos-la na semântica das duas legendas-mensagens gravadas artisticamente em letra gótica nas duas faces. São palavras dirigidas aos seus apoiantes além fronteiras (o infante encontra-se exilado nesta altura em Castela) onde D.Dinis de Castro se afirma de ora avante e sem ambiguidades, *de facto e de direito*, Rei de Portugal e do Algarve “[MONETA] [EST] DIONISII REGIS PORTUGALIE ET ALGARB[.II]”. Para que possamos alcançar o sentido completo desta frase latina elíptica e da sua morfossintaxe específica através da qual o Infante nos transmite o seu pensamento político convém que nos detenhamos um pouco em três aspectos linguísticos que consideramos de muita importância e que são: a omissão do nome *MONETA* mas que se subentende, a omissão da forma verbal *EST* que se subentende também, e o emprego do verbo *ESSE* omitido com genitivo, conhecido por toda a gente como o *genitivo*

de posse e assim atestado em todas as gramáticas e dicionários desde há muitos séculos.² Com o emprego de ESSE mais genitivo, a entidade emissora desta moeda, D. Dinis de Castro, informa-nos, com toda a clareza e precisão, de que se trata da *sua* moeda, *da sua moeda pessoal*, a qual, deduz-se, nada tem a ver com as outras amoedações correntes em Portugal, nessa época. Além desta informação o Infante assume-se, ao mesmo tempo, como uma nova autoridade revestida dos poderes de cunhar moeda. O emprego do genitivo nos nomes próprios e respectivos atributos, raríssimo na numária portuguesa, sendo, como todos nós sabemos, uma infracção à regra geral que é a do antiquíssimo nominativo, tem a função de veicular uma mensagem muito específica, diferente da que tradicionalmente nos é transmitida pelo nominativo.

Embora muitos poucos estudiosos tenham reparado nisso, fenómeno relativamente semelhante, continuamos a referir-nos ao emprego do genitivo nos textos monetários, já havia acontecido nos primeiros reinados da dinastia afonsina com algumas emissões de morabitanos. Não podemos confundir as amoedações de ouro portadoras do genitivo, por exemplo aquelas que exibem a legenda *MONETA DOMINI SANCII / REGIS PORTVGALENSVM* com as amoedações que exibem a legenda em nominativo *REX SANCIVS / PORTVGAL*. Cada uma destas amoedações terá, à partida, subjacente, uma legislação própria e conseqüentemente uma função específica. Destas duas séries de Sancho atrás referidas, uma, a de ouro, é moeda do rei, pertence ao seu tesouro e só pode entrar em circulação quando ele assim o entender, a outra de bolhão, não, e como moeda que não é propriedade da pessoa do rei está, ao contrário da outra, destinada a entrar imediatamente no circuito normal das trocas. Por oposição à moeda do rei, a moeda com nominativo,

² Pensamos não haver qualquer exagero admitir que o genitivo de posse dos morabitanos, e concomitantemente, a especificidade da sua mensagem e respectiva importância jurídica, *moeda... pessoal / propriedade de ...Afonso ou Sancho*, tenham sido copiados da epigrafia dos selos pendentes da época como podemos constatar através do exemplar de chumbo de D. Fernando, Fig. 6, o qual tinha como função autenticar um diploma onde o rei fazia a doação de Pataias ao mosteiro de Alcobaca: «S [igillum] D[o]M[i]N[i] FERNANDI PORTVGALIE ET ALGARBII REGIS. Que este selo, ou talvez melhor, a sua matriz, era propriedade exclusiva do rei e de que só ele a podia usar, é uma questão, pensamos, que dispensa qualquer demonstração. Daí, a nossa tese, de que, em termos jurídicos, a analogia entre um selo pendente com genitivo de posse e um morabitino com igual morfossintaxe (não nos podemos esquecer que nem todos os morabitanos são de genitivo pois há-os também de nominativo com a assinatura de Sancho) não seja uma mera coincidência ou distração do gravador da epigrafia monetária como possa parecer à primeira vista, mas sim uma atitude reflectida e deliberada que teria como objectivo atribuir a essa moeda características individualizantes. Admitimos também, sem quaisquer reservas e até que documentos coevos nos venham provar o contrário, serem todos do mesmo monarca os morabitanos que exibem o nome de Sancho, tanto os que apresentam o nome em genitivo como os que o apresentam em nominativo. Se se trata do primeiro ou do segundo dos Sanchos, nada podemos dizer a esse respeito em virtude de não possuímos quaisquer elementos válidos intrínsecos ou extrínsecos às moedas que nos permitam, com fundamento, tomar uma posição. A seriação actual, como tantas outras seriações semelhantes da numismática da Europa central, na mesma época, resultantes também delas de uma análise impressionista, não passam de um palpite bem intencionado.

independentemente do metal em que foi batida deverá ser sempre considerada como *uma moeda de toda a gente*. Isto não implica, porém, que as emissões com nominativo tivessem de ser batidas numa ceca e as de genitivo (vinculadas sempre a metais nobres, ouro ou prata) noutra diferente.

Uma fracção de alguns quintais de ouro amoedado, de barras de ouro, de tesouros e não só que, nesses tempos, cabia ao rei resultante de pretesias, de tributos, de saques e de pilhagens de umas quantas cidades conquistadas aos mouros no período da Reconquista, principalmente a sul do Mondego, e com particular relevância nos reinados dos Afonsos e dos Sanchos, teria sido convertida em barras e guardada nas arcas da torre *alvarraã* do Castelo de S. Jorge de Lisboa para mais tarde D. Fernando, a seu belo prazer, mandar cunhar, presentear e desbaratar³. Outra fracção iria, de acordo com as necessidades, sendo transformada em quantidades fabulosas de *morabitanos com genitivo* que viriam a ser utilizados, na sua maior parte, e por iniciativa régia na construção, acabamento ou ampliação de obras monumentais como a Sé de Lisboa, o Mosteiro de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, São Vicente de Fora, para apenas citar algumas das obras mais conhecidas, cuja contabilidade e caderno de encargos, como se pode calcular, seriam de pôr os cabelos em pé. O ouro obtido nessa época nas nossas minas ou nas areias de alguns dos nossos rios não teria tido, no nosso entender, significado praticamente nenhum na complexa contabilidade dos empreendimentos atrás referidos.

Regressemos ao nosso tornês. Na busca da autoridade que promoveu a cunhagem do nosso polémico tornês, a legenda que ele exhibe na face chamada reverso não se reveste, ela também, de menos importância que a outra como vamos ter oportunidade de ver já em seguida.

É, no contexto da numismática medieval europeia, e com o aparecimento da moeda de prata chamada Grosso que surge a moda das legendas monetárias começarem a exhibir as divisas pessoais do poder emissor. Os moedeiros do reinado de D. Fernando merecem o nosso reconhecimento, não quiseram perder o comboio da inovação e da modernidade e, por vezes, até com alguma originalidade vai de imitar o que se fazia, nesse domínio, pelas cecas dessa Europa fora. A maior parte destas divisas pessoais, umas com função apelativa outras exortativa, remetendo, por vezes, para acontecimentos políticos contemporâneos, eram extraídas de livros litúrgicos: dos Salmos, do Apocalipse, do Livro da Sabedoria, dos Evangelhos, etc... A divisa escolhida por D. Dinis de Castro para o reverso da sua moeda, retirada do Livro dos Salmos, 123. 8, tem, no entanto, a particularidade de ser, completa como está, (à de Évora, cunhada em tempos de João de Avis, falta-lhe a última sílaba da

³ Fernão Lopes na comparação que se segue põe em evidência uma das facetas que melhor definem o carácter do nosso D. Sebastião do séc. XIV: «...quanto os Reis de Portugal fizeram por juntar tesouros e aver riqueza... e quanto elles trabalharam que aquell tesouro nom vehesse a tall mimgua ... Tanto trabalhou el-Rei dom Fernando de os gastar sem necessidade per vãs guerras e sem proveito ... E nom soamente gastou todollos tesouros...» Crónica de D. João I, primeira parte, pg. 86.

antepenúltima palavra, falta-lhe a conjunção copulativa e ainda o nome *terram*) única, em termos de numismática, não só portuguesa como europeia medieval. Temos dúvidas de que, para o efeito, o Infante se tenha inspirado directamente no Livro dos Salmos, inclinamo-nos mais e isto sem qualquer desprimor para ele, para o facto de, certo dia, lhe ter passado pelas mãos um exemplar dum *real* da ceca de Évora com a chancela do seu irmão e rival João de Avis. Ao reparar bem na moeda, o Infante, possivelmente, teria concluído que o sentido da legenda circular do lado da coroa se coadunava, às mil maravilhas, em termos de mensagem, com os seus objectivos político-militares de conquista do trono português, e, sem quaisquer complexos teria solicitado aos seus exímios moedeiros que lhe gravassem a referida legenda na sua moeda pessoal. A epigrafia do real de Évora que teria servido de fonte de inspiração dos textos do tornês do Infante é a seguinte: “ **ADIVTORIVN NOSTRVN IN NOMINE/DOMINI QVI FECIT CEL[VM ET TERRAM]**”, Fig. 5, (A.G.,- J1 50.02, palavras separadas por duas estrelinhas). Este texto tal como o divulgamos aqui (com a inclusão da expressão intercalar *in nomine domini*) só se encontra nas séries cunhadas na cidade de Évora, que saibamos mais nenhuma outra série com a assinatura de D.João I exhibe tal divisa pessoal.

Falta-nos falar ainda do moderno tipo de letra, delicada e perfeita, usada nas legendas circulares da peça do Infante, pois também ela nos vai ajudar a pôr de parte a idêia peregrina de o nosso tornês ter sido cunhado em tempos do rei trovador. O sofisticado alfabeto representado nas suas duas legendas é sem dúvida alguma, estilisticamente, o gótico já no cume da sua evolução europeia e que, de acordo com os dados de que neste momento dispomos, teria feito a sua estreia nas oficinas monetárias de Portugal a partir de 1367 (o rei Trovador já tinha morrido quase há meio século) com as modernas e revolucionárias amoedações do rei Gentil, no cobre, no bolhão, na prata e no ouro. Há apenas uma única letra gótica, do conjunto de letras góticas detectadas nas legendas do tornês do Infante, que foi durante certo tempo rejeitada, sem que se consiga descortinar o móbil dessa antipatia, pelos destros abridores de cunhos de D.Fernando. Trata-se evidentemente da vogal lábio-velar fechada que continuou durante certo tempo a ser grafada, paradoxalmente, com um *V* espúrio, facto que nos leva a supor, com certo fundamento, de que as emissões fernandinas onde, portanto, aparece o *U* moderno a representar o fonema lábio-velar fechado, além de pertencerem às últimas cunhagens deste rei em termos cronológicos, devem ser também consideradas relativamente raras. Esta nossa asserção é o resultado de um estudo estatístico envolvendo toda a numária fernandina onde, para a representação da lábio-velar fechada, das aproximadamente 168 moedas recenseadas (Catálogo-preçário de A.G., 2003) apenas 5 peças exibiam o *U* gótico, sendo 4 de bolhão e 1 de ouro.

Lx. 8-6-04

BIBLIOGRAFIA

- Batalha Reis, Pedro – 1956 – *Cartilha da Numismática Portuguesa*, Volume II, Lisboa.
- Peres, Damião. – 1928-1981- *História de Portugal* , volume II, Barcelos.
- Engel, A. e Serrure, R. – 1964 – *Traité de Numismatique du Moyen Age* , I, II, III volumes, Bolonha.
- Ferraro Vaz, J. – 1960 – *Numária Medieval Portuguesa* , II volume, Lisboa.
- Gomes, A. (A. G.) – 2003 – *Moedas Portuguesas e... Portugal* , 4.ª edição , Lisboa.
- Grierson, Philip . – 1976 – *Monnaies du Moyen Age*, Fribourg.
- Lopes Fernandes, M. Bernardo – 1856 - *Memória das Moedas ... 1856* , Lisboa.
- Lopes, Fernão, - 1966 - *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando ...Regnos*, Livraria Civilização, Porto
- Lopes, Fernão, - 1915 – *Crónica de D.João I* , primeira parte, edição do Arquivo Histórico português, Lisboa.
- Lopes, Fernão, - 1968 – *Crónica del Rei Dom Joham I de boa memória* , Segunda parte, por William J. Entwistle , Imprensa Nacional, Lisboa.
- Serrão, Joel, - 1963-1971- *Dicionário da História de Portugal* , volume I e II, Lisboa.
- Sousa , D. António C. de , - 1947 - *História genealógica da C. R. Portuguesa* , tomo IV, Coimbra .
- Teixeira de Aragão, A.C. – 1874 – *Descrição Geral e Histórica ...Portugal*, I tomo, Lisboa.

CATÁLOGO



Fig. 1 - Tornês do Infante, (A.G.) Di-90.03



Fig. 2 - Tornês de busto, Fe-70.01



Fig. 3 - Tornês de escudo, (A.G.) Fe-74.01



Fig. 4 - Forte de prata, Fe-84.03



Fig. 5 - Real de Évora, (A.G.) J1-50.02



Fig. 6 - Selo pendente de D. Fernando